



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150806 - MG (2021/0232457-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : FLAVIO LUCIO ROCHA PENIDO (PRESO)
ADVOGADO : IGOR MEDEIROS VIDAL DE LACERDA - MG104682
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FLAVIO LUCIO ROCHA PENIDO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.112904-4/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela prática em tese dos crimes previstos no art. 157, *caput*, do Código Penal e no art. 28 da Lei n. 11.343/2006. Homologada, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva para evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública, bem como para assegurar a aplicação da lei penal.

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva, ao argumento de que sua liberdade não oferece perigo para nenhum dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal. Afirmar que o decreto prisional funda-se apenas em elementos genéricos e na gravidade abstrata do crime. Defende a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A propósito, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fl. 409-410):

Há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

Consta dos autos que o paciente, juntamente com terceiro não identificado, mediante violência e grave ameaça, teria subtraído o aparelho celular e a motocicleta Honda CG placa PVW-8049 de propriedade de Willian Andern Silva do Rosário.

Narra o APFD que a vítima encontrava-se sentado em sua motocicleta, manuseando o aparelho celular, quando foi abordado por dois indivíduos, os quais, simulando estarem armados, de forma violenta, teriam arrancado o referido celular das mãos do ofendido. Ato contínuo, os meliantes teriam exigido a entrega da motocicleta, momento em que Willian se jogou ao solo. Ato contínuo, de posse da res furtiva, os investigados empreenderam fuga do local.

Acionada, a guarnição policial iniciou rastreamento, logrando êxito em localizar e prender o paciente em flagrante delito, o qual estaria na posse de um simulacro de arma de fogo, um invólucro de maconha e certa quantia em dinheiro em notas de diversificados valores.

Registre-se que o indiciado ostenta duas anteriores condenações com trânsito em julgado com força para gerar reincidência pelos delitos de roubo majorado e homicídio qualificado, conforme se verifica da CAC aninhada no sequencial 21.

Não bastasse, o investigado responde a processo pelo crime de furto qualificado.

Acresce-se que o paciente já foi beneficiado com a liberdade provisória, quebrando, com a prática de novo crime, o compromisso assumido com a Justiça. (FAC –sequencial 22)

Dessa forma, não utilizou sua reinserção social para emendar-se, senão para retornar à senda criminoso, eis porque nova soltura importaria inelutável risco à ordem pública. (Original sem destaques)

Ressalte-se que “*é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).*

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência